

**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fluxos Migratórios e Políticas sociais

**MULHERES MIGRANTES, GÊNERO E REDES INSTITUCIONAIS DE ACOLHIMENTO:
UMA ANÁLISE SOCIO-HISTÓRICA A PARTIR DA CRÍTICA FEMINISTA**

Edymila Lima Morais ¹
Luciane Pinho de Almeida²

Resumo: Este artigo analisa a migração a partir de uma perspectiva sócio-histórica e da crítica feminista, tendo como foco as desigualdades de gênero vivenciadas por mulheres migrantes e de suas vivências e mediações institucionais. O problema investigado refere-se à compreensão de como a ordem patriarcal e os marcadores sociais de gênero, classe, raça e território atravessam os processos migratórios e as redes institucionais de acolhimento. Trata-se de um estudo teórico, fundamentado em revisão bibliográfica crítica. Conclui-se que a migração é um fenômeno historicamente determinado, não neutro, exigindo análises feministas sobre o papel das redes na garantia ou restrição de direitos.

Palavras-chave: Mulheres migrantes; Gênero; Crítica feminista; Redes institucionais de acolhimento; Migração.

Abstract: This article analyzes migration from a socio-historical perspective and through feminist critique, focusing on the gender inequalities experienced by migrant women and their institutional mediations. The problem investigated concerns understanding how the patriarchal order and the social markers of gender, class, race, and territory permeate migratory processes and institutional support networks. This is a theoretical study, based on a critical literature review. It concludes that migration is a historically determined, non-neutral issue,

¹ Psicóloga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (PPGPSI-UCDB). Atuou como bolsista da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (*FUNDECT*), vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Tecnológica e Inovação (PIBIC), nos ciclos 2023-2024, 2024-2025 <http://lattes.cnpq.br/5574239175488879>. edymilla@hotmail.com

² Orientadora, Assistente Social, Mestra e Doutora em Serviço Social, professora da Universidade Católica Dom Bosco (PPGPSI-UCDB). <http://lattes.cnpq.br/9321225768028391>. luciane@ucdb.br



requiring feminist analyses of the role of networks in guaranteeing or restricting rights.

Keywords: Migrant women; Gender; Feminist critique; Institutional support networks; Migration.



1 INTRODUÇÃO

Os deslocamentos humanos contemporâneos expressam contradições estruturais de uma sociedade marcada por desigualdades sociais, crises políticas e econômicas e pela intensificação dos fluxos de pessoas em escala global. No interior desses processos, a presença feminina tem se tornado cada vez mais expressiva, configurando o fenômeno da feminização das migrações, no qual as mulheres deixam de ocupar uma posição secundária nos deslocamentos e passam a protagonizar trajetórias migratórias atravessadas por múltiplas determinações sociais.

A partir de uma perspectiva sócio-histórica e da crítica feminista, compreende-se que a migração não constitui um processo neutro, mas é atravessada por relações de poder historicamente construídas, especialmente àquelas relacionadas ao gênero, à classe, à raça e à territorialidade. A ordem patriarcal de gênero incide de forma particular sobre as experiências das mulheres migrantes, intensificando situações de vulnerabilidade social, precarização do trabalho, violências simbólicas e materiais e dificuldades no acesso a direitos sociais.

A crítica feminista, enquanto perspectiva epistemológica, questiona a neutralidade da produção do conhecimento e evidencia a invisibilização histórica das experiências das mulheres, especialmente daquelas situadas em contextos de desigualdade social e mobilidade forçada. Ao articular gênero como categoria analítica e histórica, essa abordagem possibilita compreender as trajetórias migratórias femininas como processos sociais complexos, nos quais as desigualdades estruturais se manifestam tanto nas condições materiais de existência quanto nas dimensões subjetivas e afetivas da vida social.

Nesse contexto, as redes institucionais de acolhimento assumem papel central como mediações sociais nos processos migratórios. Constituídas por políticas públicas, serviços e práticas institucionais, essas redes não operam de forma neutra, podendo tanto favorecer a garantia de direitos e a proteção social quanto reproduzir dinâmicas de exclusão, silenciamento e controle, incidindo diretamente sobre as trajetórias das mulheres migrantes. Ao situar a migração no campo das determinações históricas e sociais, buscou-se contribuir para análises críticas que subsidiem práticas e políticas sensíveis às especificidades das experiências femininas em contextos de mobilidade.

2 CRÍTICA FEMINISTA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO



A crítica feminista constitui-se como uma perspectiva epistemológica que questiona os pressupostos de neutralidade, universalidade e objetividade que historicamente orientaram a produção do conhecimento científico. Ao evidenciar que o saber é produzido a partir de posições sociais específicas, essa abordagem denuncia o caráter androcêntrico da ciência moderna, responsável por invisibilizar experiências, saberes e vivências das mulheres, especialmente daquelas situadas em contextos de desigualdade social (Bandeira, 2008; Harding, 1996).

Segundo Harding (1996), todo conhecimento é situado e atravessado por relações de poder, de modo que a pretensa neutralidade científica funciona como mecanismo de legitimação de hierarquias sociais já existentes. Nesse sentido, a epistemologia feminista propõe uma ruptura com modelos positivistas de ciência, ao reconhecer a subjetividade como dimensão constitutiva do processo de produção do conhecimento. Tal perspectiva possibilita valorizar experiências historicamente silenciadas e compreender os fenômenos sociais a partir de suas determinações concretas.

Sardenberg (2004) destaca que a epistemologia feminista não se limita à inclusão das mulheres como objeto de estudo, mas implica uma revisão crítica das categorias analíticas e dos métodos utilizados na pesquisa científica. Trata-se de um movimento que desloca o olhar científico para as relações de gênero como estruturantes da vida social, permitindo compreender como desigualdades são produzidas, reproduzidas e naturalizadas ao longo da história.

Nesse horizonte, Conceição e Aras (2014) ressaltam que a crítica feminista amplia as possibilidades analíticas ao integrar dimensões subjetivas, afetivas e políticas na compreensão dos fenômenos sociais. Ao reconhecer o lugar da experiência na construção do conhecimento, essa abordagem contribui para análises mais sensíveis às desigualdades e às múltiplas opressões que atravessam a vida das mulheres.

A produção do conhecimento científico, ao longo da história, esteve vinculada a projetos políticos e sociais que privilegiaram determinados sujeitos em detrimento de outros. Nesse processo, as experiências das mulheres foram frequentemente desconsideradas ou tratadas como marginais, reforçando sua invisibilização nos campos acadêmico, político e institucional (Bandeira, 2008).

No contexto das migrações, essa invisibilização assume contornos específicos, uma vez que as mulheres migrantes são atravessadas por múltiplos marcadores sociais de desigualdade, como gênero, classe, raça e nacionalidade. Carissimi e Almeida (2025) apontam que, embora a feminização das migrações represente uma mudança estrutural nos fluxos migratórios contemporâneos, as mulheres seguem enfrentando condições de precarização, violência e restrições no acesso a direitos, o que evidencia os limites das políticas e das



práticas institucionais de acolhimento.

A psicologia sócio-histórica contribui para essa análise ao compreender o sujeito como produto das relações sociais e das condições históricas de existência. Fundamentada em Vygotsky (1996), essa abordagem rompe com concepções individualizantes da subjetividade, ao situar os processos psicológicos no interior das práticas sociais, culturais e políticas. Dessa forma, o sofrimento vivido pelas mulheres migrantes não pode ser entendido como fenômeno isolado, mas como expressão das contradições sociais que atravessam suas trajetórias.

Sawaia (2021) reforça essa compreensão ao conceber o sofrimento como tradução subjetiva das injustiças sociais. Para a autora, o sofrimento social é uma categoria ética e política que permite revelar como desigualdades estruturais se corporificam na vida dos sujeitos. Ao dialogar com a crítica feminista, essa perspectiva possibilita compreender as experiências das mulheres migrantes como atravessadas por processos de exclusão, mas também por estratégias de resistência e reinvenção.

Assim, a articulação entre a epistemologia feminista e a abordagem socio-histórica oferece um referencial crítico para analisar a migração de mulheres, evidenciando os limites da produção de conhecimento tradicional e apontando para a necessidade de análises comprometidas com a transformação das condições concretas de existência e com a garantia de direitos. Esse referencial crítico mostra-se especialmente relevante para a análise das migrações femininas, na medida em que permite problematizar não apenas a produção de conhecimento sobre mulheres migrantes, mas também as respostas institucionais formuladas pelo Estado e pela sociedade para o enfrentamento das desigualdades que atravessam suas trajetórias.

3 INTERSECCIONALIDADE E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

A análise das experiências de mulheres migrantes exige que gênero seja articulado a outros marcadores sociais, uma vez que as desigualdades se distribuem de maneira diferenciada conforme classe, raça, nacionalidade e território. A interseccionalidade, nesse sentido, é um recurso teórico e político que permite compreender como múltiplas formas de opressão se combinam, produzindo condições específicas de vulnerabilização e exclusão (Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2021). Essa perspectiva desloca leituras simplificadoras e evidencia que não há uma experiência feminina universal, pois as condições de vida e as formas de violência variam segundo a posição social ocupada.

Collins (2022) enfatiza a interseccionalidade como teoria social crítica, capaz de revelar como sistemas de poder se articulam e produzem desigualdades persistentes. Akotirene



(2019), ao situar o debate no contexto dos feminismos plurais, reforça que a análise interseccional é indispensável para compreender a produção social das vulnerabilidades, especialmente quando raça e classe operam como dimensões estruturantes da vida social.

Assim, entender as mulheres migrantes requer identificar como suas trajetórias são atravessadas por relações de poder que excedem o gênero, reconfigurando acessos a direitos, trabalho, moradia e reconhecimento social.

No campo feminista, a noção de gênero como construção social e discursiva também contribui para problematizar as normas que regulam identidades, pertencimentos e legitimidades. Butler (2003) ressalta que gênero não é expressão natural, mas efeito de práticas reiteradas e normas socialmente instituídas, o que permite compreender como certos corpos e experiências são reconhecidos e outros são precarizados. Essa leitura é útil para analisar como mulheres em situação de migração podem ser posicionadas socialmente como sujeitas “fora do lugar”, tendo suas existências reguladas por práticas sociais e institucionais que definem quem merece proteção, quem é suspeita e quem pode acessar direitos.

Dessa forma, a articulação entre patriarcado e interseccionalidade oferece uma base teórica para compreender a migração de mulheres como processo social atravessado por desigualdades estruturais. Ao tratar gênero como categoria sócio histórica e vinculá-lo a relações de classe, raça e território, torna-se possível analisar as condições concretas que produzem vulnerabilização, violências e exclusões, bem como as formas de resistência e reinvenção que emergem nas trajetórias femininas. Essas desigualdades estruturais não se expressam apenas nas trajetórias individuais das mulheres migrantes, mas também nas formas como o Estado e as instituições organizam respostas às suas demandas. É nesse contexto que as redes institucionais de acolhimento assumem papel central como mediações sociais, configurando-se como espaços nos quais se disputam sentidos, práticas e possibilidades de acesso a direito.

4 MULHERES MIGRANTES E REDES INSTITUCIONAIS DE ACOLHIMENTO

No contexto das políticas públicas e das práticas institucionais, as redes de acolhimento tornam-se espaços centrais para compreender como as desigualdades sociais se traduzem em experiências concretas de sofrimento e cuidado. As redes institucionais de acolhimento voltadas a migrantes e refugiados no Brasil constituem-se a partir da articulação entre políticas públicas, agências internacionais, organizações da sociedade civil e iniciativas religiosas, operando principalmente nos campos da saúde, assistência social, trabalho, educação e moradia. Ainda que amparadas por marcos legais nacionais e internacionais, essas redes apresentam funcionamento heterogêneo, marcado por descontinuidades, fragilidades



institucionais e dificuldades de articulação intersetorial, o que impacta diretamente as trajetórias de inserção social das mulheres migrantes.

A partir de uma perspectiva sócio-histórica, é possível compreender que as redes de acolhimento não operam de maneira neutra, mas são constituídas historicamente a partir de determinadas concepções de sujeito, cuidado e política pública. Nesse sentido, o acolhimento institucional não se restringe à oferta pontual de serviços, mas envolve processos relacionais, simbólicos e materiais que produzem efeitos concretos sobre a vida e a subjetividade das mulheres migrantes. Conforme problematizam Carissimi e Almeida (2025), a fragmentação e a desarticulação das respostas institucionais podem contribuir para a individualização das demandas, dificultando a apreensão dos determinantes sociais, históricos e políticos que atravessam a experiência migratória.

Sob a ótica da crítica feminista, torna-se fundamental analisar como as relações de gênero atravessam o funcionamento das redes institucionais. As mulheres migrantes frequentemente acessam os serviços públicos em contextos de vulnerabilidade social, ruptura de vínculos e exposição a múltiplas formas de violência, sendo muitas vezes atendidas a partir de expectativas normativas associadas à dependência, à maternidade ou à fragilidade. Tais leituras reducionistas podem limitar a escuta de suas demandas e invisibilizar a complexidade de suas trajetórias, comprometendo a efetividade do cuidado institucional.

Nesse cenário, o sofrimento vivenciado pelas mulheres migrantes não pode ser compreendido como expressão de fragilidades individuais, mas como tradução subjetiva das desigualdades sociais e da negação de direitos. Sawaia (2021) contribui para essa análise ao compreender o sofrimento como uma dimensão ética e política, produzida pelas condições sociais de exclusão e desigualdade. Quando as redes institucionais falham em reconhecer essas determinações, produzem experiências reiteradas de desamparo institucional, que intensificam o sofrimento social e fragilizam os processos de cuidado.

Prado e Araújo apontam que as políticas de atendimento a migrantes e refugiados no Brasil são marcadas por fragmentação e por dificuldades de articulação entre os diferentes setores responsáveis pela garantia de direitos. No campo da saúde mental, os autores alertam para o risco de leituras psicologizantes e medicalizantes do sofrimento migratório, que deslocam a análise das condições sociais e políticas para o plano individual, reforçando processos de vulnerabilização e silenciamento das experiências migratórias.

Dessa forma, pensar as redes institucionais de acolhimento implica reconhecê-las como espaços de disputa simbólica, política e institucional, nos quais se definem quais sofrimentos são legitimados, quais direitos são efetivamente garantidos e quais sujeitos são reconhecidos como portadores de direitos. A partir de uma abordagem socio-histórica e feminista, torna-se possível tensionar práticas naturalizadas e apontar para a necessidade de redes mais



integradas, críticas e comprometidas com a produção de cuidado que considere as condições concretas de vida das mulheres migrantes.

As redes institucionais de acolhimento constituem um conjunto de políticas públicas, serviços e práticas que mediam o acesso de populações migrantes aos direitos sociais, especialmente nos campos da saúde, da assistência social e da proteção social. No caso das mulheres migrantes, tais redes assumem papel central, pois operam como instâncias capazes tanto de favorecer processos de cuidado, reconhecimento e fortalecimento quanto de produzir barreiras, fragmentações e silenciamentos institucionais, a depender de sua organização e das concepções que orientam suas práticas (Carissimi; Almeida, 2025).

Do ponto de vista teórico, o acolhimento não pode ser compreendido como um procedimento meramente técnico ou administrativo, restrito ao primeiro contato com os serviços. Costa et al. (2023) compreendem o acolhimento como uma prática relacional e contínua, que envolve escuta qualificada, construção de vínculos e corresponsabilização entre profissionais e usuárias. Essa compreensão desloca o acolhimento do campo da formalidade institucional para o campo ético-político, evidenciando seu papel na produção de cuidado em contextos marcados por desigualdades sociais e por trajetórias migratórias atravessadas por rupturas, inseguranças e violências.

No contexto das migrações femininas, o acolhimento institucional assume contornos específicos, uma vez que as mulheres migrantes frequentemente acessam os serviços públicos em situações de vulnerabilidade social, ruptura de vínculos comunitários e familiares e exposição a múltiplas formas de violência. Conforme apontam Costa et al. (2023), a Atenção Básica pode se configurar como um espaço estratégico para o cuidado dessas mulheres, desde que orientada por práticas humanizadas e integradas, capazes de reconhecer tanto as necessidades singulares quanto os efeitos sociais e subjetivos do processo migratório.

A psicologia sócio-histórica contribui para essa análise ao compreender as instituições como espaços de produção de sentidos e de constituição da subjetividade. Inspirada em Vygotsky (1996), essa abordagem reconhece que as relações estabelecidas nos serviços públicos participam ativamente da forma como os sujeitos interpretam suas experiências, atribuem significados ao sofrimento e constroem possibilidades de ação. Nesse sentido, as redes institucionais de acolhimento atuam como mediações sociais fundamentais, podendo tanto promover processos de fortalecimento, reconhecimento e ampliação de direitos quanto reproduzir práticas de controle, exclusão e revitimização.

Dessa forma, analisar as redes institucionais de acolhimento a partir de uma perspectiva feminista e socio-histórica implica problematizar suas práticas, limites e contradições, reconhecendo o acolhimento como uma dimensão ética, política e relacional do cuidado. Tal análise evidencia a necessidade de políticas públicas e práticas institucionais sensíveis às



desigualdades de gênero e às múltiplas determinações sociais que atravessam a vida das mulheres migrantes, contribuindo para respostas mais integradas e comprometidas com a garantia de direitos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta análise teórica indicam que a migração de mulheres, quando compreendida a partir de uma perspectiva socio-histórica e da crítica feminista, mostra-se como um processo atravessado por desigualdades estruturais e relações históricas de poder. Longe de constituir um deslocamento neutro ou exclusivamente individual, a migração feminina expressa contradições sociais vinculadas ao patriarcado, às dinâmicas do capitalismo, às hierarquias de classe, raça e território e às formas institucionais de organização da vida social.

A análise evidencia que as experiências das mulheres migrantes são marcadas por processos de vulnerabilização que se intensificam nos contextos de chegada e inserção social. As dificuldades de acesso a direitos, a precarização das condições de trabalho, a ruptura de vínculos sociais e a exposição a diferentes formas de violência configuram um cenário no qual o sofrimento social se manifesta como tradução subjetiva das desigualdades estruturais. Nesse sentido, o sofrimento não pode ser compreendido como fragilidade individual, mas como produto de condições sociais historicamente determinadas.

Outro resultado central refere-se ao papel das redes institucionais de acolhimento nos processos migratórios. A análise teórica aponta que tais redes atuam como mediações fundamentais entre as mulheres migrantes e o acesso a direitos sociais, podendo tanto favorecer processos de cuidado, proteção e fortalecimento quanto reproduzir práticas de exclusão, controle e revitimização. Essa ambivalência mostra que as instituições não operam fora das relações de poder, sendo atravessadas por concepções normativas de gênero, cidadania e pertencimento social.

A articulação entre crítica feminista e abordagem socio-histórica permite compreender que as práticas institucionais de acolhimento são também espaços de produção de sentidos, nos quais se disputam narrativas sobre quem merece cuidado, proteção e reconhecimento. Quando orientadas por perspectivas sensíveis às desigualdades de gênero e às múltiplas determinações sociais, as redes institucionais podem contribuir para a ampliação do acesso a direitos e para o fortalecimento das mulheres migrantes. Por outro lado, quando desconsideram essas especificidades, tendem a reforçar processos de silenciamento e exclusão.

Por fim, os resultados desta reflexão teórica apontam para a necessidade de análises críticas que reconheçam a centralidade do gênero nos processos migratórios e nas políticas de



acolhimento. Ao evidenciar as contradições presentes nas práticas institucionais e nas condições sociais de existência das mulheres migrantes, o estudo contribui para a problematização das respostas oferecidas pelo Estado e pela sociedade, destacando a importância de abordagens feministas e sócio-históricas na construção de políticas públicas comprometidas com a garantia de direitos e com a redução das desigualdades sociais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste trabalho evidenciam que os processos migratórios vivenciados por mulheres não podem ser compreendidos de forma dissociada das condições históricas, sociais e institucionais que estruturam suas experiências no país de acolhimento. A migração, longe de constituir um evento pontual ou exclusivamente individual, inscreve-se em trajetórias marcadas por desigualdades de gênero, precarização das condições de vida e fragilização dos vínculos sociais, produzindo impactos significativos sobre a saúde mental dessas mulheres.

Nesse contexto, as redes institucionais de acolhimento assumem papel central, tanto como espaços de proteção e garantia de direitos quanto, em determinadas circunstâncias, como instâncias que reproduzem práticas fragmentadas, burocratizadas ou pouco sensíveis às especificidades das mulheres migrantes. A análise crítica permite observar que a insuficiência de articulação entre políticas públicas, serviços e profissionais tende a reforçar processos de invisibilização, dificultando o acesso a atendimentos integrais e continuados.

A partir de uma abordagem socio-histórica e da crítica feminista, torna-se possível deslocar leituras que individualizam o sofrimento, reconhecendo-o como expressão de determinantes sociais mais amplos, atravessados por relações de poder, desigualdades estruturais e condições materiais de existência. Tal perspectiva contribui para tensionar práticas institucionais que responsabilizam as mulheres por suas trajetórias, ao mesmo tempo em que amplia o debate sobre a necessidade de políticas públicas comprometidas com a equidade, a escuta qualificada e o reconhecimento das mulheres migrantes como sujeitas de direitos.

Por fim, este trabalho aponta para a relevância de investigações que aprofundem a análise das redes de acolhimento, considerando suas potencialidades, limites e contradições, bem como suas implicações para a produção de cuidado em saúde mental. Ao enfatizar a centralidade das mulheres migrantes e de suas experiências, espera-se contribuir para o fortalecimento de práticas institucionais mais críticas, integradas e comprometidas com a transformação das condições que produzem sofrimento social.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade – feminismos plurais*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen,



2019.

BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, jan./abr. 2008.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARISSIMI, Fabricia Santina de Oliveira; ALMEIDA, Luciane Pinho de. *Feminização das migrações e políticas de igualdade substantiva*. Campo Grande: UFMS, 2025.

COLLINS, P. H. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONCEIÇÃO, A. C. L.; ARAS, L. M. B. Por uma ciência e epistemologia(s) feminista: avanços, dilemas e desafios. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, n. 29–30, ano 11, jan./jun. 2014.

COSTA, Ana Beatriz Oliveira; SILVA, Gleidilene Freitas da; DIAS, Barbara Almeida Soares; SILVA, Paulo Sérgio da. Acolhimento da mulher migrante venezuelana na Atenção Básica: um ensaio teórico-reflexivo. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 47, n. 4, p. 332–341, 2023. DOI: 10.22278/2318-2660.2023.v47.n4.a4008.

HARDING, S. *Ciência y feminismo*. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; ARAUJO, Suzana Almeida. Políticas de atendimento a migrantes e refugiados no Brasil e aproximações da psicologia. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 570–583, dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 jan. 2026.

SARDENBERG, C. M. B. Estudos feministas: um esboço crítico. In: AMARAL, C. (org.). *Teoria e práxis dos enfoques de gênero*. Fortaleza: REDOR; NEGIF, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6880/1/Estudos%20Feministas.%20Esbo%c3%a7o%20Cr%c3%adico.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SAWAIA, Bader Burihan. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.